

## CAPÍTULO VI

# **A viabilidade do desenvolvimento capitalista para o Brasil**

Desenvolvimento e crise foram, portanto, as duas palavras-chave do processo histórico brasileiro entre 30 e 68. Durante os primeiros trinta e um anos, não obstante as intermitentes situações de crise, seja política, seja econômica, a tônica foi para o desenvolvimento. Realizou-se então o que já fomos tentados a chamar de a Revolução Industrial ou Revolução Nacional Brasileira, mas que hoje estamos convencidos haver-se constituído apenas na primeira grande fase dessa revolução. A partir de 62, teve início o período do que chamamos de Crise Brasileira, caracterizado por permanente crise econômica, social e política, que em certos momentos se agrava, para em seguida voltar ao seu estado natural de crise crônica.

Pergunta-se, agora: há viabilidade para o modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil? Poderemos continuar nosso desenvolvimento econômico, superar as condições desumanas de nosso subdesenvolvimento, dentro dos limites de uma sociedade basicamente capitalista?

A pergunta tem sentido na medida em que vivemos sob a égide de um sistema capitalista que, depois do desenvolvimento industrial dos anos trinta, quarenta e cinquenta, a Revolução de 64 terminou por consolidar, pelo menos a médio prazo.

Essa Revolução, embora não tenha sido liderada pela classe capitalista, mas pela classe média tradicional, e particularmente pelos militares, acabou por adotar uma ideologia basicamente capitalista. A adoção da ideologia capitalista pela classe média tradicional que comandou a Revolução de 64 explica-se pela disponibilidade

ideológica que caracteriza genericamente a classe média. Ela não possui uma ideologia própria. Além do idealismo, que é mais uma característica filosófica, decorrente do tipo especial de sua inserção no real, geralmente em termos alienados do processo produtivo quando se trata da classe média tradicional, o que define fundamentalmente a classe média é o conservadorismo. Não é causa para surpresa, portanto, que no Brasil, onde conservar, manter a segurança, significava ficar com o capitalismo, este sistema fosse o preferido.

Ora, com a Revolução de 64, o movimento de esquerda que apenas a partir dos anos sessenta começava a se definir como força autônoma, como vimos no Capítulo IV, sofre um golpe violento. Sua imaturidade o fez expor-se demais, em uma época em que ainda era muito fraco e desorganizado para fazer frente aos grupos de centro e de direita. O resultado disso é que a Revolução de 64 teve talvez como principal resultado consolidar, pelo menos a médio prazo, o sistema capitalista no Brasil.

As condições para qualquer retomada do poder por grupos de esquerda são muito débeis no Brasil da segunda metade dos anos sessenta. Condições para uma revolução de caráter socialista, então, são ainda mais longínquas. O poder econômico, o poder militar, estão todos muito bem organizados para permitir qualquer rompimento do quadro institucional vigente. Desenvolveu-se no Brasil uma classe de empresários, a qual, embora não seja politicamente atuante, é economicamente poderosa. A classe média, por sua vez, especialmente a nova classe média, teve um grande desenvolvimento no Brasil, como vimos no capítulo III, e acabou por assumir o poder, através dos militares e tecnocratas. Ora, vimos que a classe média é por natureza conservadora.

Finalmente, dentro do quadro internacional, o Brasil está situado na área privativa dos Estados Unidos, e esta superpotência, dentro de uma perspectiva tipicamente imperialista (a história tem demonstrado que basta ser verdadeira grande potência para ser imperialista), tem deixado sempre claro, depois da experiência cubana, que qualquer revolução de esquerda na América Latina implicará intervenção americana. O caso da República Dominicana, onde não se tratava sequer de uma revolução de esquerda, demonstrou que esta posição não se traduz apenas em palavras. Nesses termos, face ao poder econômico da classe empresarial, ao número, ao conservadorismo, ao poder militar e ao poder político da classe média, e ao jugo norte-americano, há poucas dúvidas de que qual-

quer outra alternativa que não a capitalista tem poucas possibilidades de vigência no Brasil, pelo menos a médio prazo.

### **Revolução industrial e falsa analogia**

O desenvolvimento industrial ocorrido no Brasil entre 1930 e 1961 alcançou tais proporções que levou muitos observadores a pensar que nesse período se havia completado a Revolução Industrial Brasileira.

De fato, nesse período o país viu instalado dentro de suas fronteiras um amplo, diversificado e integrado parque industrial. Toda a indústria de consumo, desde a dos bens de consumo leves até a dos bens de consumo duráveis, fora instalada. Em 1961, o Brasil praticamente não importava mais artigos de consumo. A indústria de base — siderúrgica, do alumínio, do cobre, da barrilha, química — fora também basicamente instalada, e se nesse campo, particularmente no caso da indústria química, havia ainda muito a fazer, a parte mais importante já fora realizada, utilizando-se os subprodutos das refinarias de petróleo. O mesmo se pode dizer da indústria de bens de capital. Durante os anos cinquenta, seu desenvolvimento fora intenso, de forma que no fim desta década cerca de dois terços dos equipamentos exigidos pela indústria nacional eram aqui produzidos.

Estes fatos levaram à conclusão de que a Revolução Industrial Brasileira fora concluída. Este autor mesmo chegou a acreditar nisto e a escrevê-lo. E, de fato, tudo indicava que o país alcançara aquele estágio em que o investimento e o reinvestimento tornavam-se parte integrante do próprio sistema econômico, estimulados pelo objetivo lucro e transformados em condição de obtenção de novos lucros, tornando, assim, o desenvolvimento automático e necessário. Na verdade, porém, ao afirmarmos isto, o que estávamos fazendo era uma analogia com o desenvolvimento dos países desenvolvidos, e hoje estou convencido de que esta era uma falsa analogia, uma analogia sem que os fatos fossem perfeitamente análogos.

Realmente, quando os países hoje desenvolvidos alcançaram o grau de integração industrial que o Brasil atingira em 1961, seu desenvolvimento passou a tomar um caráter auto-impulsionado. Os três países que primeiro realizaram sua Revolução Industrial — a Inglaterra, a França e os Estados Unidos — haviam atingido um nível de desenvolvimento industrial aproximadamente comparável

com o do Brasil quando terminou, basicamente, o período de instalação da indústria nacional, e esses países passaram a ter um desenvolvimento auto-impulsionado.

Por analogia, portanto, seríamos facilmente levados a concluir que também o Brasil, em 1961, havia terminado sua Revolução Industrial, e seu desenvolvimento, não obstante as crises por que pudesse passar, seria agora auto-impulsionado.

Entretanto, essa analogia esquecia um fato elementar, mas fundamental. O desenvolvimento industrial brasileiro ocorreu em termos muito diferentes dos da Inglaterra, dos Estados Unidos e da França. Os fatores que determinam essas diferenças são, fundamentalmente, de três tipos:

1) o desenvolvimento industrial brasileiro ocorreu sob a égide da substituição de importações, enquanto esta não foi a característica definidora por excelência da Revolução Industrial dos países hoje desenvolvidos, que logo de início começaram a participar do mercado internacional de manufaturados, como exportadores;

2) o desenvolvimento industrial dos países hoje desenvolvidos foi realizado através da absorção de técnicas que estavam na época sendo aperfeiçoadas, adequando-se às necessidades econômicas dos respectivos países, enquanto a tecnologia usada pelo Brasil foi importada, desadaptada das nossas necessidades, e provocou sérias distorções em sua economia, particularmente no que diz respeito ao problema do emprego;

3) finalmente, o desenvolvimento industrial brasileiro vem ocorrendo sob a vista de uma superpotência imperialista que, como todas as superpotências, pretende controlar e orientar o desenvolvimento econômico e político do país.

Estes três fatores nos levam a concluir que o Brasil não completou ainda sua Revolução Industrial. As distorções produzidas na economia e na sociedade nacional por aqueles fatores são de tal gravidade que, enquanto não forem superadas, o desenvolvimento industrial brasileiro não estará definitivamente consolidado. Tere-mos apenas uma aparência de consolidação do desenvolvimento industrial, o qual, porém, não terá atingido a fase em que pode ser legitimamente considerado auto-impulsionado, ou seja, automático e necessário.

### **Teste básico: exportação de manufaturados**

As distorções causadas pelo processo de substituição de importações sugerem o primeiro teste que a economia brasileira terá que enfrentar para superar essas distorções. Referimo-nos à exportação de manufaturados. Uma das condições essenciais para que se possa considerar o desenvolvimento industrial brasileiro auto-impulsionado é que passemos a participar de forma crescente do comércio internacional de manufaturados.

Há dois motivos para o que afirmamos. Em primeiro lugar, partimos da premissa de que as oportunidades de substituição de importações e redução do coeficiente de importações estão basicamente esgotadas. Nesses termos, a única alternativa que resta para o Brasil, para aumentar seu Produto Nacional, é aumentar, concomitante e proporcionalmente, suas exportações. Se não é mais possível reduzir o coeficiente de importações, ou seja, a participação percentual das importações no Produto Nacional, isto significa que, quando este cresce, aumentarão também as necessidades da indústria de importar máquinas e matérias-primas. Logo, o desenvolvimento para dentro, que praticamos até recentemente, não é mais possível: impõe-se o aumento das exportações.

Em segundo lugar, basear o aumento de nossas exportações nos produtos primários é inviável por uma série de razões já amplamente discutidas (baixa elasticidade-renda da procura de produtos agrícolas, crescente concorrência entre os subdesenvolvidos, uso de substitutos artificiais pelos desenvolvidos, instabilidade de preço dos produtos primários, etc.). Logo, teremos que colocar toda a ênfase de nossos esforços na exportação de manufaturados.

Em 1966, a exportação de manufaturados no Brasil, que vinha crescendo paulatinamente, representou 5,9% das exportações totais brasileiras, contra 6,8% em 1965. Em termos absolutos, a queda foi de 109,5 para 104,4 milhões de dólares.<sup>100</sup> Em 1967, as exportações de manufaturados reagiram bem.

Podemos, todavia, considerar que os manufaturados representam 6% das exportações brasileiras. Se planejarmos um crescimento do Produto Nacional de 6% ao ano — o que seria o mínimo aceitável — as exportações terão que crescer também 6%, para que o coeficiente de importações permaneça constante. Se quiséssemos

(100) Cf. *Desenvolvimento e Conjuntura*, fevereiro de 1967, p. 36.

basear o aumento de nossas exportações apenas nos manufaturados, teríamos, no primeiro ano, que aumentar de 100% nossas exportações desses produtos. Nos anos seguintes, essa porcentagem ir-se-ia reduzindo para 50%, 33%, e assim por diante, até atingir o limite teórico de 6%, quando nossas exportações fossem exclusivamente de produtos manufaturados. Ora, evidentemente, crescimento tão rápido é inviável. Logo, embora concentrando nossos esforços na exportação de manufaturados, será preciso também procurar aumentar as exportações dos produtos primários. As dificuldades implícitas nessas duas tarefas são sem dúvida enormes, colocando em discussão a viabilidade do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Entretanto, se ambas as tarefas são essenciais, é indiscutível que o teste real da economia brasileira só ocorrerá na medida em que nos tornarmos um país efetivamente exportador de manufaturados. Eventuais condições favoráveis do mercado, extrínsecas à economia brasileira, poderão permitir um novo surto de exportação de primários. Com isso, porém, a própria estrutura da economia brasileira não estará sendo testada, já que o surto exportador não se relacionará com a mesma. O Brasil continuará um país subdesenvolvido, exportador de produtos primários, à mercê das flutuações típicas do mercado internacional desses produtos, sujeito a sofrer concorrência tanto de produtores dos mesmos produtos primários com utilização de mão-de-obra mais barata como de produtores de substitutos sintéticos nos países industrializados. O que é mais grave, porém, é que, na medida em que a produção de produtos primários não permite a introdução de técnicas de produção muito avançadas, continuaremos sem necessidade de treinar mão-de-obra especializada para essas funções, a produtividade continuará baixa, e o subdesenvolvimento será um fenômeno permanentemente dentro do cenário brasileiro.

Nesses termos, o grande teste da economia brasileira só poderá ser vencido na medida em que o Brasil se tornar um participante significativo do comércio internacional de manufaturados, e como tal admitido pelos países industrializados.

Não poderemos pretender, naturalmente, competir em todos os setores industriais. Alguns setores deverão ser escolhidos pelas empresas e estimulados pelo Governo. Os critérios para escolha dos setores em que deverão ser feitos os esforços principais no sentido de estimular a exportação de manufaturados são dois: existência de matérias-primas nacionais baratas (é o caso clássico do café solúvel)

e exigência de uma relação capital-trabalho reduzida. Este segundo critério é óbvio. Na medida em que contem com mão-de-obra abundante e barata, é pacífico, dentro da teoria do desenvolvimento econômico, que os países subdesenvolvidos devem concentrar seu esforço industrial nos setores trabalho-intensivos e não nos setores capital-intensivos. É claro que um sem-número de qualificações pode e deve ser feito a esta afirmação, mas tais qualificações não cabem neste momento nem modificam a idéia central que estamos afirmando.

Queremos, todavia, salientar que existem, entre as indústrias trabalho-intensivas, dois tipos de indústrias. A primeira é a indústria de tipo semi-artesanal, da qual as indústrias de vestuário, do couro, do mobiliário, seriam exemplos. Geralmente, quando se fala em indústrias trabalho-intensivas, o que se está pensando é apenas nesses tipos de indústrias caracterizadas não só por uma baixa relação capital-trabalho, mas também por um baixo nível de desenvolvimento tecnológico. Exportações de produtos manufaturados deste tipo certamente deverão ser realizadas. Mas ficar apenas nelas é outra forma de expressar-se o complexo de inferioridade colonial e, o que é mais grave, é outra maneira de permanecermos subdesenvolvidos, mesmo exportando manufaturados.

Existe outro tipo de indústria, também trabalho-intensiva, mas que, ao invés de possuir um baixo nível tecnológico, requer um alto desenvolvimento tecnológico. O exemplo por excelência desse tipo de indústria é o da produção de equipamentos eletrônicos ou mecânicos por encomenda. Por se tratar de um produto por encomenda, sua produção não pode ser padronizada e, conseqüentemente, não pode ser altamente mecanizada senão automatizada. Cada produto exige um projeto especial. Apenas algumas peças podem ser padronizadas. Muitas das partes, porém, têm que ser feitas especialmente, a montagem é sempre singular. Nesses termos, a relação capital-trabalho nesse tipo de indústria tem que ser baixa. A mão-de-obra, porém, deverá ser altamente especializada. E é nesse momento que perguntam os antinacionalistas, minados pelo complexo de inferioridade colonial: mas teremos capacidade de desenvolver uma mão-de-obra especializada à altura? Estou certo que sim. É muito mais fácil e barato para os países subdesenvolvidos importar tecnologia, pagando *royalties*, contratando técnicos estrangeiros, enviando bolsistas ao exterior, do que importar equipamentos.

Nesses setores, com facilidade de matéria-prima e (ou) com uma relação capital-trabalho baixa (o que não significa um nível

tecnológico baixo), deverá ser estimulada a produção para a exportação. Em qualquer hipótese, porém, mesmo que escolhamos os setores mais favoráveis para nós, a condição fundamental é a de que os custos de produção baixem, ou seja, que a produtividade aumente decisivamente, de forma que possamos competir no comércio internacional. Inicialmente seremos, inclusive, obrigados a ter custos e preços inferiores as dos nossos concorrentes mais ricos, como aconteceu com o Japão, porque não contaremos com a vantagem de um nome e uma tradição estabelecidos no comércio internacional.

O teste fundamental da economia brasileira, que, uma vez superada, significará que o Brasil terminou sua Revolução Industrial e alcançou o estágio do desenvolvimento auto-impulsionado, é portanto o da mudança de sua pauta de exportações de forma a transformar os manufaturados em um dos seus principais itens. Isto, além de exigir, naturalmente, uma política comercial agressiva, com a aplicação de todos os princípios mercadológicos modernos e uma interferência direta do Governo no sentido de estimular certas exportações, importará na necessidade de um aumento decisivo da produtividade industrial e conseqüente baixa de custos.

### **Três ideologias capitalistas possíveis**

No final dos anos sessenta, quando a crise econômica está sendo superada, podemos discernir três ideologias possíveis para o Brasil. Por “possíveis” queremos significar que são ideologias que podem ter vigência, que podem ser definidas por seus propugnadores e eventualmente transformar-se em ideologia de Governo, na medida em que se tornem politicamente vitoriosas.

São as seguintes as três ideologias possíveis: o neoliberalismo clássico, o liberalismo intervencionista tecnocrático-militar e o nacionalismo desenvolvimentista.

O neoliberalismo clássico é a ideologia burguesa por excelência. Aproxima-se do *laissez-faire*, mas não pode ser com ele identificado em vista do simples fato de que o liberalismo puro está hoje morto, sepultado. É a ideologia que prega a menor intervenção possível do Estado na economia, que pretende deixar a responsabilidade, e também os principais frutos do desenvolvimento, fundamentalmente nas mãos da classe capitalista. É uma ideologia sistematicamente colonialista, nos países subdesenvolvidos, na medida em que não crê na capacidade da classe capitalista nacional para a

realização do desenvolvimento e então apela para a eventual e discutível ajuda estrangeira. É uma ideologia que defende a ordem democrática, as liberdades individuais e o sistema representativo, mas seus defensores estão sempre dispostos a abandonar ou limitar essas idéias quando vêem que o próprio sistema está em jogo, como aconteceu em 1964. Esta ideologia pressupõe o controle do país fundamentalmente por dois grupos: a própria classe capitalista, que detém o poder econômico, e irá ocupar no Governo os cargos-chave definidores da política econômica, e os políticos profissionais, que funcionam não como meros representantes da classe capitalista, como querem alguns críticos apressados, mas como participantes de um estamento social, relativamente autônomo, que, defendendo seus interesses particulares, têm como papel o de servir de intermediários entre o Estado, a classe capitalista, a classe média e o povo em geral, nessa ordem de prioridade.

Não vemos para esta ideologia, que é provavelmente ainda esposada pela grande maioria da classe empresarial brasileira, e por boa parte da classe média, qualquer operacionalidade no sentido de promover o desenvolvimento econômico brasileiro. Três motivos para isso: é colonialista, e a nosso ver o desenvolvimento do Brasil só será possível desde que haja um projeto nacional bem definido; é liberal, minimizando a função do Estado, e sabemos hoje que o desenvolvimento econômico sem intervenção do Estado é obra do mero acaso, que os problemas hoje enfrentados pelos países subdesenvolvidos são tão grandes que só um planejamento e uma intervenção deliberada e inteligente do Estado na economia poderão levar ao desenvolvimento; e, finalmente, é estritamente capitalista, é a ideologia de apenas um pequeno grupo, que procurava trazer para ele as maiores vantagens do desenvolvimento; ora, isto podia ser aceitável politicamente no século XIX, mas no século XX, e particularmente no Brasil, não o é, além do fato de que, economicamente, os efeitos da concentração da renda decorrentes desta ideologia são funestos.

O liberalismo intervencionista tecnocrático-militar é a ideologia que passou a dominar o Brasil entre 1964 e 1967. Examinamo-la com certo cuidado no capítulo anterior, quando estudamos o enquadramento sócio-econômico dos militares e tecnocratas que assumiram o poder a partir da Revolução de 1964. Esta ideologia, como o próprio nome que lhe demos está a indicar, baseia-se em uma contradição: é ao mesmo tempo intervencionista e liberal. Na verdade, é toda um emaranhado de contradições, na medida em que é dominada por tecnocratas e militares. Estes, como membros da

classe média tradicional, desligados portanto do processo produtivo, não-beneficiados pelo desenvolvimento industrial brasileiro ocorrido entre 1930 e 1961, caracterizam sua atuação política pelo idealismo, no sentido de alienação da realidade, e de pretenderem mudar o mundo através de leis e decretos; pelo moralismo, no sentido de personalizar os problemas, atribuí-los a responsabilidades individuais ou mesmo coletivas, mas sempre de caráter moral, e não às estruturas vigentes; e pelo conservadorismo, definido por uma política aparentemente reformista, mas cujas reformas são sempre epidérmicas.

A estas três características do liberalismo intervencionista tecnocrático-militar junta-se a de ser uma ideologia capitalista. Trata-se, porém, de uma ideologia capitalista que não tem como autores e principais defensores os próprios empresários capitalistas, que foram excluídos do poder pela Revolução de 1964, e sim os militares e tecnocratas. Ora, para estes, o capitalismo não é algo de intrínseco, de vivencial. O capitalismo é um rótulo para opor ao comunismo, que os apavora, na medida em que são conservadores. Nesses termos, seu capitalismo é muito pouco autêntico e cheio de contradições. Dizem-se capitalistas, mas têm horror ao lucro privado, do qual não participam. Defendem o liberalismo, mas estabelecem um sistema rígido de controle das empresas, com características inclusive policiais, como jamais se viu no Brasil. Afirmam em todos os documentos que pretendem fortalecer o setor privado em detrimento do público, mas nacionalizam empresas hidrelétricas estrangeiras, e aumentam de maneira progressiva a participação do Estado na economia.<sup>101</sup>

### **Nacionalismo desenvolvimentista**

Resta-nos agora a terceira ideologia “possível” para o Brasil em termos capitalistas. É o que chamamos de nacionalismo desenvolvimentista, e que tem como características fundamentais o fato

(101) Estas contradições, que detectamos em 1967 na ideologia dominante, resolveram-se no sentido de um desenvolvimentismo tecnoburocrático-capitalista, baseado na aliança da tecnoburocracia estatal, da burguesia local e das empresas multinacionais. Examinaremos esta quarta alternativa, que é, na verdade, uma evolução da segunda, com elementos da primeira e da terceira, no capítulo seguinte, escrito em 1970 e 1971.

de ser nacionalista e colocar o desenvolvimento nacional como seu objetivo fundamental.

O nacionalismo se opõe ao colonialismo. Define-se pela crença nas potencialidades do próprio país desenvolver-se. Afirma que o progresso econômico só ocorrerá na medida em que a própria nação o colocar como projeto, definir os sacrifícios que são necessários para atingi-los, e cientificar-se de que, para a sua consecução, terá que depender de seu próprio esforço. Além disso, conforme observa muito bem Barbosa Lima Sobrinho, "a substância do nacionalismo é um antagonismo de interesses ou de idéias".<sup>102</sup> A idéia do conflito, do antagonismo, não é essencial ao patriotismo, mas não se pode falar de nacionalismo sem que esteja implícito ou explícito um conflito de interesses.

Antagonismo e crença nas potencialidades do Brasil, nos valores da Nação brasileira em formação, são portanto as características essenciais do nacionalismo.

O antagonismo pode tomar muitas formas e objetos, dependendo da época e da situação em que um investimento ou uma ideologia nacionalista despontam. No Brasil, hoje, esse antagonismo deve partir da constatação de que os interesses nacionais do Brasil, país subdesenvolvido, não estão em acordo com os dos países industrializados, que os interesses dos grupos capitalistas nos países desenvolvidos geralmente (faremos, em seguida, algumas qualificações) não são os mesmos do povo brasileiro; muito pelo contrário, os interesses dos países desenvolvidos e de suas empresas estão, frequentemente, em claro conflito com os interesses do Brasil. E esta afirmação será especialmente verdade em relação aos Estados Unidos, que, na qualidade de superpotência imperialista, diretamente dominadora dos países latino-americanos, é a fonte dos maiores conflitos de interesse.

Esta constatação de falta de identidade de interesses e portanto desse conflito é essencial para que alguém seja hoje definido como nacionalista no Brasil. É claro, porém, que não é necessário ver conflito em tudo, apontar contradições em todos os setores.

Aliás, foi uma atitude desta natureza que levou o nacionalismo a uma fase de declínio como ideologia no Brasil. Examinamos no capítulo IV os motivos pelos quais, em fins dos anos cinquenta e

(102) Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, *Desde Quando Somos Nacionalistas?*, Civilização Brasileira, 1963, Rio de Janeiro, p. 11.

início dos anos sessenta, o nacionalismo deixou de ser uma ideologia atrativa para a classe capitalista brasileira, e, conseqüentemente, como deixou de ser o frágil, mas de qualquer forma essencial, ponto de união ideológica entre as esquerdas e os empresários, que nos anos cinquenta tentaram formar uma frente única, exatamente em torno do nacionalismo.

Quando esta frente única se tornou inviável, conforme ficou claro no capítulo IV, o nacionalismo passou a ser monopolizado pelas esquerdas. Ora, as esquerdas, muito compreensivelmente, radicalizaram o nacionalismo, confundindo, inclusive, argumentos de ordem econômica com argumentos de ordem política. A argumentação econômica em favor do nacionalismo foi-se tornando, nesses termos, muito fraca e imprecisa. E o nacionalismo, como ideologia, entrou em fase de plena decadência, na medida em que os grupos da classe trabalhadora, da classe média e naturalmente da classe capitalista não eram predominantemente de esquerda.

A discussão travou-se especialmente na área dos capitais estrangeiros. A posição nacionalista foi, em geral, radicalmente contrária a eles. Sua argumentação teórica, porém, em termos de análise econômica, era muito deficiente. Possuíam, sem dúvida, uma série enorme de casos isolados, de empresas estrangeiras no Brasil, especialmente empresas de serviços públicos, que agiam e agem em termos altamente antinacionais. O trabalho do mesmo Barbosa Lima Sobrinho, sobre a ação das empresas elétricas é um clássico na matéria.<sup>103</sup> Mas quando se tratava de provar teoricamente que os investimentos estrangeiros, ou pelo menos uma grande parte deles, eram prejudiciais ao Brasil, a teoria econômica nacionalista de esquerda revelava suas limitações de forma gritante, e o nacionalismo entrava em processo de desmoralização.

Na verdade, a posição contrária a todo e qualquer investimento estrangeiro no Brasil é insustentável economicamente. Poderemos, sem dúvida, apresentar motivos de ordem política. Se quisermos instalar o socialismo a curto prazo no Brasil, não tem sentido permitirmos a entrada de capitais estrangeiros no país. Mas, se isolarmos os motivos políticos, não é possível sustentar em termos de análise econômica a tese da negação de todo e qualquer capital estrangeiro. Se nos países subdesenvolvidos se aceita que o grande

(103) Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, *Máquinas para Transformar Cruzeiros em Dólares*, Fulgor, 1963, São Paulo.

problema é a falta de capital para investir, se se admite que o investimento, especialmente o de caráter industrial, tem efeitos multiplicadores, produzindo renda não só e diretamente para os proprietários estrangeiros de capital, mas também para os assalariados, o Governo e para outras empresas, se estamos de acordo na grande importância do *know-how* para o desenvolvimento industrial, então será difícil apresentar motivos de ordem econômica contra o capital estrangeiro.

Eles existem, todavia, e sugerem uma política nacionalista de seletividade rigorosa de investimentos e de controle das atividades da empresa estrangeira (remessa de lucros, processo obrigatório de nacionalização paulatina, etc.). Pretendemos que esta posição, efetivamente, tenha uma base teórica sólida. A explanação dessa base teórica para a seleção dos capitais estrangeiros mereceria um capítulo à parte. Em termos muito resumidos, porém, o argumento é o seguinte. Na verdade, a afirmação de que o grande problema dos países subdesenvolvidos é a falta de capital é uma meia verdade. Há, de fato, falta em alguns setores, onde a tecnologia é desconhecida, os investimentos necessários são muito elevados, o campo é virgem. Mas, em um grande número de setores, não há falta de capital. Pelo contrário, há sobra. As empresas trabalham em regime de capacidade ociosa, os empresários e capitalistas isolados não sabem o que fazer de seus lucros, juros e aluguéis; acabam consumindo-os, remetendo-os para o exterior ou investindo-os improdutivamente no aumento de capacidade ociosa.

Mas isso é um contra-senso em termos de análise econômica, dirá alguém. E, de fato, se admitirmos a existência de um mercado integrado, de um mercado de capitais altamente desenvolvido, capaz de canalizar a poupança das mãos dos poupadores para as dos investidores, de uma perfeita mobilidade dos fatores de produção e particularmente de capital, e a existência de um comportamento essencialmente racional, próprio do *homo economicus*, então, de fato, não poderemos imaginar a possibilidade de, dentro de uma mesma economia, haver áreas estancadas, haver setores com abundância e setores com falta de capital.

Como, porém, no caso brasileiro, não podemos admitir nenhuma daquelas premissas, somos obrigados a concluir que em determinados setores da economia brasileira há, efetivamente, sobra de capital. Não há sentido, portanto, em se admitir o capital estrangeiro nestes setores. E o que já foi admitido deve ser cuidadosamente controlado.